



#SOMOSCORUJA

SIMULADO DE NIVELAMENTO

Disciplinas Cíveis

BLACK FRIDAY 2021

ESTRATÉGIA CARREIRA JURÍDICA

O MAIOR, PELO MENOR PREÇO DO ANO!

Simulado Disciplinas Penais

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas em Disciplinas Cíveis;
- 2 – A prova contém **100 questões**;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Disciplinas-Civeis-14-11-2021>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITO CIVIL

Gustavo Arruda

01. São absolutamente incapazes:

- a) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- b) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- c) os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- d) os pródigos.
- e) os viciados em tóxico.

02. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Cessará, para os menores, a incapacidade:

- a) pela concessão de ambos os genitores, mediante instrumento público ou particular, homologado por decisão judicial, ouvido o Ministério Público, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) pela união estável, desde que declarada por escritura pública.
- c) pelo exercício de cargo, emprego ou função públicos, ainda que comissionados.
- d) pela colação de grau em curso de ensino superior.
- e) pela concessão de qualquer um dos genitores, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

03. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

- a) se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- b) se for relativamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

- c) se alguém, desaparecido em país hostil, não for encontrado até dois anos após o início das buscas.
- d) se for razoavelmente provável a morte de quem estava muito doente.
- e) se alguém, feito prisioneiro, não for encontrado em campanha.

04. Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos da personalidade são, sem exceção, intransmissíveis, irrenunciáveis e irreparáveis, não podendo o seu exercício sofrer qualquer tipo de limitação voluntária ou involuntária.
- b) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- c) É absolutamente inválida, mesmo com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- d) Qualquer um pode ser constrangido, direta ou indiretamente, a submeter-se, mesmo com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, desde que sejam preventivos.
- e) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza de quaisquer proteções que se dão genericamente ao nome.

05. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) as organizações religiosas.
- b) os partidos políticos.
- c) as associações.
- d) as associações públicas.
- e) as fundações

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

06. Sobre a desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz pode determinar a desconsideração da personalidade jurídica de ofício em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- b) Para efeito de desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil, desvio de finalidade fica caracterizado a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- c) Entende-se por confusão patrimonial apta a ensejar a desconsideração da personalidade jurídica a ausência de separação de fato entre os patrimônios do sócio ou administrador e a pessoa jurídica, como aquela que fica caracterizada pela transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.
- d) Excepcionalmente, a mera existência de grupo econômico pode autorizar a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- e) A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores. Contudo, a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento ilícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular o acúmulo de capital e a opressão dos menos favorecidos.

07. Sobre as diferentes classes de bens, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São considerados imóveis para os efeitos legais os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- b) Não perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- c) São fungíveis os imóveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- d) É considerado bem acessório, aquele que, não constituindo parte integrante, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- e) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, mas podem ser adquiridos por usucapião.

08. Sobre a teoria geral dos negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
 - b) A manifestação de vontade será considerada viciada se seu autor fizer a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
 - c) Os negócios jurídicos devem ser interpretados sempre de forma mais benéfica ao devedor.
 - d) Admitem interpretação extensiva e aplicação analógica os negócios jurídicos benéficos e a renúncia.
 - e) Não se admite que as partes pactuem livremente regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos, diversas daquelas previstas em lei.
-

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

09. Sobre os elementos acidentais do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São consideradas lícitas, em geral, as condições que privarem de todo efeito o negócio jurídico ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes.
- b) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- c) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- d) O termo inicial suspende a aquisição do direito, mas não o exercício.
- e) Como o acessório segue o principal, jamais invalida o negócio jurídico a condição incompreensível ou contraditória.

10. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio. O erro é substancial quando:

- a) interessa à natureza do negócio, ainda que relativo a objeto acessório da declaração ou a alguma das qualidades a ele não essenciais.
- b) sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- c) concerne à identidade ou à qualidade da coisa a que se refira a declaração de vontade, ainda que não tenha influído nesta de modo relevante.
- d) for equivalente ao falso motivo.
- e) se refere ao cálculo.

11. Os negócios jurídicos são anuláveis por dolo. Sobre esta figura, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O dolo poderá eventualmente implicar nulidade absoluta e obrigar à satisfação das perdas e danos, quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- b) Nos negócios jurídicos unilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que com ele o negócio não se teria celebrado.
- c) Não pode ser anulado por dolo de terceiro o negócio jurídico em que a parte a quem aproveite tivesse ou devesse ter conhecimento sobre a sua existência.
- d) O dolo do representante convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante legal, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.
- e) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio ou reclamar indenização.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

12. Assinale a alternativa correta sobre a coação:

- a) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se a parte a que aproveite tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação, neste caso, jamais responderá por perdas e danos.
- b) Só vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se o autor da coação responder por todas as perdas e danos a que houver dado causa.
- c) Também configura coação a ameaça do exercício regular de um direito e o temor reverencial.
- d) A coação aprecia-se objetivamente, sem levar em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do paciente e todas as suas demais circunstâncias
- e) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

13. O negócio jurídico válido requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei (art. 104, Código Civil).

- a) É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- b) As nulidades relativas podem ser alegadas por qualquer interessado ou pelo Ministério Público e devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo permitido supri-las, desde que a requerimento das partes.
- c) O negócio jurídico anulável não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo.
- d) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.

e) Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico o contamina na parte válida, ainda que dela separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, e a destas induz a da obrigação principal.

14. No direito obrigacional, as obrigações divisíveis ou indivisíveis não se confundem com as obrigações solidárias e não solidárias.

- a) Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.
- b) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorrem mais de um devedor ou mais de um credor, presumindo-se esta dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.
- c) A solidariedade não se presume; resulta, direta ou indiretamente, expressa, tácita ou implicitamente, da lei, da vontade das partes ou de determinação judicial.
- d) A obrigação é solidária quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.
- e) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for solidária, cada um será obrigado pela dívida toda.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

15. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor (art. 286). Por outro lado, é facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava (art. 299).

- a) Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito jamais serão abrangidos os seus acessórios.
- b) Na assunção de dívida, as garantias especiais dadas originariamente pelo devedor primitivo ao seu credor subsistirão necessariamente em benefício do novo devedor.
- c) Se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito, com todas as suas garantias, salvo as garantias prestadas por terceiros, exceto se este conhecia o vício que inquinava a obrigação.
- d) Na cessão de crédito, o devedor não poderá mais opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
- e) Na assunção de dívida, o novo devedor sempre pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.

16. Sobre o adimplemento e o inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O terceiro não interessado jamais pode pagar a dívida de outrem.
- b) O credor pode ser obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, desde que mais valiosa.

c) Via de regra, são plenamente válidas as convenções firmadas para compensar a diferença entre o valor de moeda estrangeira ou ouro e o da moeda nacional.

d) Não se considera autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, a menos que expressamente autorizado.

e) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios

17. Sobre a dação em pagamento, assinale a alternativa CORRETA.

a) Se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, prevalece a quitação dada, resolvendo-se a situação em perdas e danos.

b) Se for título de crédito a coisa dada em pagamento, a transferência importará em cessão.

c) Considera-se ilegal a cláusula pela qual credor apresenta seu consentimento para receber prestação diversa da que lhe é devida, mesmo depois do inadimplemento.

d) Determinado o preço da coisa dada em pagamento, as relações entre as partes regular-se-ão pelas normas do contrato de doação.

e) Se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a obrigação primitiva, mas prevalece a quitação dada, quando beneficiar os direitos de terceiros.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

18. Sobre a confusão, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Cessando a confusão, não haverá como se reconhecer o restabelecimento, com todos os seus acessórios, a obrigação anterior.
- b) A confusão pode verificar-se a respeito de toda a dívida, ou só de parte dela.
- c) Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor, em dívida da mesma natureza, quantidade e qualidade.
- d) A confusão operada na pessoa do credor ou devedor solidário extingue totalmente a obrigação.
- e) A devolução voluntária do título da obrigação, quando por escrito particular, prova desoneração do devedor e seus co-obrigados, e independe da capacidade das partes.

19. Sobre os vícios redibitórios e a evicção, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O direito de obter a redibição ou abatimento no preço está subordinado ao prazo prescricional comum do Código Civil.
- b) As partes podem, por cláusula expressa, reforçar ou diminuir a responsabilidade pela evicção, mas nunca excluir.
- c) Em caso de evicção, as benfeitorias voluptuárias, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
- d) A disciplina dos vícios redibitórios é aplicável à doação onerosa.
- e) O adquirente pode demandar pela evicção, mesmo quando sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.

20. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo (art. 927). Esta é a cláusula geral da responsabilidade civil, sobre a qual é possível dizer, ainda, de forma correta:

- a) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
 - b) O Código Civil não contempla nenhuma hipótese de indenização equitativa.
 - c) Na responsabilidade por fato de terceiro, o Código Civil abraça a teoria da culpa presumida, culpa *in eligendo* ou culpa *in vigilando*.
 - d) A responsabilidade civil é absolutamente dependente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
 - e) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, cada um responderá de forma independente, não havendo solidariamente.
-

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

21. Assinale a alternativa que contém a disciplina correta sobre a indenização:

- a) O valor da indenização mede-se pela extensão da culpa.
- b) O valor da indenização mede-se pela extensão do dano. Mas havendo excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.
- c) A indenização será integral, ainda que a vítima tenha concorrido para o evento danoso.
- d) Se o devedor não puder cumprir a prestação na espécie ajustada, extingue-se a obrigação.
- e) No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido exclusivamente pelos danos morais.

22. Sobre o direito de propriedade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O direito de propriedade é absoluto e não comporta limitações.
- b) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- c) Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.
- d) A propriedade presume-se limitada e compartilhada, até prova em contrário.
- e) Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, em princípio ao possuidor; alternativamente, serão atribuídos ao proprietário do imóvel, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.

23. São situações que caracterizam a proibição absoluta do matrimônio, o casamento celebrado entre as pessoas mencionadas abaixo, EXCETO:

- a) os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- b) os afins em linha reta.
- c) o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- d) os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive.
- e) as pessoas divorciadas.

24. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma hipótese de extinção do poder familiar.

- a) pela separação e pelo divórcio.
- b) pela morte dos pais ou do filho.
- c) pela emancipação.
- d) pela maioridade.
- e) pela adoção.

25. Sobre a sucessão testamentária, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A pessoa capaz poderá, sempre, dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens.
- b) A nomeação de herdeiro, ou legatário, pode fazer-se pura e simplesmente, sob condição, para certo fim ou modo, ou por certo motivo.
- c) As disposições testamentárias terão sempre caráter patrimonial.
- d) O testamento é ato personalíssimo, mas somente o testamento privado pode ser mudado a qualquer tempo.
- e) Se o testador ordenar que o herdeiro ou legatário entregue coisa de sua propriedade a outrem, não o cumprindo ele, caberá ao Ministério Público exigir o cumprimento do encargo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

26. Assinale a alternativa correta sobre as normas fundamentais do processo:

- a) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- b) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) De acordo com o STJ, a inclusão de feito em pauta sem a intimação do advogado não constitui violação ao princípio da não surpresa.
- d) O juiz não deve proferir decisão contra uma das partes sem que lhe seja dada oportunidade de se manifestar, ainda que a decisão seja proferida em ação monitória, quando evidente o direito do autor.
- e) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, exceto quando processo judicial já estiver em curso.

27. Marque a alternativa incorreta:

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pela lei.
- c) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.
- d) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

e) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.

28. Assinale a alternativa incorreta acerca da competência:

- a) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- b) A incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- c) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.
- d) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
- e) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

29. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A legitimidade ad causam é a aptidão para conduzir validamente um processo em que se discute determinada relação jurídica.
- b) O legitimado extraordinário é parte no processo.
- c) A falta de legitimidade extraordinária leva a uma decisão com resolução de mérito.
- d) Havendo substituição processual, e sendo possível identificar o substituto, o juiz deve determinar a intimação deste último para, querendo, integrar o processo.
- e) Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

30. Analise as seguintes assertivas:

- I. O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, ainda que tenha constituído advogado.
- II. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- III. A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- IV. A decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação é irrecorrível.

A opção que traz a informação correta é:

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) II e III
- d) I.
- e) todas estão erradas.

31. Sobre a litigância de má-fé, analise as seguintes assertivas:

- I. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente, alcançando, inclusive, membros do MP, Defensoria e Juiz.
- II. É uma punição processual que depende de provocação judicial.
- III. Pode ser aplicada para o caso de pessoas que apresentam reconvenção contra texto expresso da lei.

A opção que traz a informação correta é:

- a) I e II.
- b) I, II e III.

- c) III
- d) I.
- e) todas estão erradas.

32. Analise as proposições abaixo, acerca do impedimento e suspeição:

- I. Há impedimento do juiz caso figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.
- II. Há impedimento quando o primo do juiz estiver postulando como advogado.
- III. Há suspeição quando o juiz for amigo íntimo ou inimigo das partes ou seus advogados.
- IV. Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I, II e III.
- b) III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I e II.
- e) II e IV.

33. Litisconsórcio no qual a eficácia de uma sentença dependa da citação de todos que devam ser litisconsortes, independentemente de a decisão ser uniforme para todos, é do tipo

- a) ativo.
- b) facultativo.
- c) unitário.
- d) necessário.
- e) sucessivo.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

34. Com relação à Assistência, considere:

- I. A assistência será admitida em qualquer procedimento, até a prolação da sentença.
- II. Na assistência simples, sendo revel o assistido, o assistente será considerado revel também.
- III. Assistência simples obsta que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou renuncie ao direito sobre o que se funda a ação.
- IV. Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma apenas em

- a) II, III e IV
- b) I, II e III.
- c) IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

35. Sobre os atos processuais, a partir das disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, seja expressa ou tacitamente.
- b) Interrompe-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.
- c) Todas as nulidades dos atos, se não alegadas na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, serão consideradas preclusas.
- d) Salvo disposição em sentido contrário, considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital.

e) Sendo a lei omissa, o prazo para a parte praticar o ato processual será sempre o de dez dias.

36. A respeito da tutela provisória no CPC/2015, é correto afirmar que

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.
- c) por emanar do poder jurisdicional, não implica responsabilidade do autor pelos eventuais prejuízos que a efetivação da medida ocasionar ao réu.
- d) a tutela provisória conserva sua eficácia durante a pendência do processo, exceto em caso de suspensão deste, quando então terá sustados seus efeitos independentemente de pronunciamento judicial.
- e) Concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 05 (cinco) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

37. Em relação à petição inicial, assinale a alternativa correta:

- a) A petição inicial indicará o juízo a que é dirigida, o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, sendo dispensado indicar o valor da causa.
- b) A petição inicial poderá ou não ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- c) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, e mesmo se aquele não cumprir a diligência terá sua petição deferida.
- d) É ilícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- e) A petição inicial será indeferida quando for inepta.

38. Sobre o julgamento antecipado parcial do mérito,

- a) a decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida, vedado o reconhecimento da obrigação ilíquida.
- b) a liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.
- c) a decisão que julgar parcialmente o mérito é impugnável através de recurso de apelação.
- d) a parte poderá executar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, devendo, em regra, prestar caução no caso de recurso contra essa decisão pendente de julgamento.

e) o juiz só poderá decidir parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso ou o réu for revel.

39. No que se refere às repostas do réu, assinale a alternativa correta.

- a) A reconvenção e a contestação devem ser apresentadas em peças separadas, mas protocoladas simultaneamente, sob pena de preclusão.
- b) A incompetência absoluta e relativa devem ser alegadas pelo réu na contestação, constituindo preliminares processuais.
- c) O impedimento do Juiz deve ser arguido por meio de exceção, em peça autônoma, mas no mesmo prazo para o oferecimento de contestação.
- d) As alegações de impedimento e de suspeição devem ser realizadas na contestação e constituem questões preliminares de natureza processual.
- e) O réu somente pode insurgir-se quanto ao valor atribuído à causa por meio de petição específica, não podendo fazê-lo em preliminar de contestação.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

40. Sobre o direito probatório, marque a alternativa correta:

- a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, e, após, o autor e o réu, que serão inquiridos.
- b) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- c) Determinada pelo Juízo, a recusa pela parte, e por terceiros, a exhibir documento ou coisa importará na admissão como verdadeiros os fatos que a outra parte pretendia provar.
- d) O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- e) O NCPC não previu o instituto da prova emprestada. Assim, a regulação desse instituto é delineada apenas pela jurisprudência.

41. Sobre a prova testemunhal, assinale a alternativa incorreta:

- a) É lícito à parte contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição, bem como, caso a testemunha negue os fatos que lhe são imputados, provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até 3 (três), apresentadas no ato e inquiridas em separado.
- b) A intimação será feita pela via judicial quando a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.
- c) O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, e providenciará para que uma não ouça o depoimento das outras; mas poderá alterar essa ordem se as partes concordarem.

d) Vigora no NCPC o sistema presidencialista, de modo que as perguntas devem ser feitas pelo magistrado, colhendo o julgador de forma pessoal e diretamente a prova.

e) O juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.

42. Assinale a alternativa correta a respeito da liquidação de sentença.

a) Para impugnar a decisão que julgar a liquidação de sentença, pode-se empregar tanto o agravo de instrumento quanto a apelação, sendo possível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal nesse caso.

b) Não é possível que o magistrado, na fase de liquidação de sentença por arbitramento, acolha as conclusões periciais fundadas em presunções e deduções para a quantificação do prejuízo sofrido pelo credor a título de lucros cessantes.

c) Não pode ser realizada na pendência de recurso.

d) A liquidação por cálculo aritmético é feita pelo próprio credor, ao requerer o cumprimento de sentença, não constituindo uma fase específica do procedimento ordinário.

e) Entende-se que a realização da liquidação de forma diversa da indicada na sentença ofende a coisa julgada.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

43. Sobre a coisa julgada, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando nem beneficiando terceiros.
- b) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- c) Transitada em julgado a decisão, seja ela de mérito ou não, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- d) Para sua formação, a decisão judicial deve se fundar em cognição exauriente, uma vez que decisões proferidas em cognição sumária não estão aptas à coisa julgada.
- e) Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, em nenhuma hipótese.

44. Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida. Sobre esse procedimento está correto afirmar:

- a) Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o valor ser depositado em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, cientificando-se o credor por carta com aviso de recebimento, assinado o prazo de 15 dias para a manifestação de recusa.
- b) Ocorrendo a recusa, manifestada por escrito ao estabelecimento bancário, poderá ser proposta, dentro de 1 mês, a ação de consignação, instruindo-se a inicial com a prova do depósito e da recusa.
- c) a petição inicial, o autor requererá o depósito da quantia ou da coisa devida, a ser efetivado no prazo de 10 dias contados do deferimento.

d) Se o objeto da prestação for coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, será este citado para exercer o direito dentro de 10 dias, se outro prazo não constar de lei ou do contrato, ou para aceitar que o devedor a faça, devendo o juiz, ao despachar a petição inicial, fixar lugar, dia e hora em que se fará a entrega, sob pena de depósito.

e) Ocorrendo a recusa, manifestada por escrito ao estabelecimento bancário, poderá ser proposta, dentro de 45 dias, a ação de consignação, instruindo-se a inicial com a prova do depósito e da recusa.

45. Em relação ao cumprimento de sentença, é correto afirmar:

- a) A sentença arbitral não é considerada como título executivo para fins de cumprimento de sentença.
- b) A intimação em cumprimento de sentença será somente por meio eletrônico ou carta.
- c) O cumprimento de sentença não pode ser efetuado perante os tribunais de Justiça.
- d) O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.
- e) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que não tenha sido impugnada.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

46. De acordo com as disposições contidas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta em relação ao processo de execução.

- a) Quando o executado não possuir bens penhoráveis, suspende-se a execução pelo prazo de 1 (um) ano, interrompendo-se a prescrição.
- b) Os embargos à execução serão, em regra, recebidos no efeito suspensivo.
- c) Não são admissíveis embargos à execução antes da penhora, depósito ou caução.
- d) Caso haja litisconsortes com diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, o prazo para opor embargos à execução será contado em dobro.
- e) O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

47. Marque a alternativa correta sobre precedentes:

- a) O incidente de assunção de competência é admissível quando envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social e com repetição em múltiplos processos.
- b) Considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas, que pode ter por objeto questão de direito material ou processual.
- c) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos deverá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.

d) É inadmissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, mas sem repetição em múltiplos processos.

e) Julgado o IRDR, a tese firmada será aplicada a todos os processos que tratem do tema, excetuados aqueles em curso perante os Juizados Especiais, que somente observarão julgados emanados da Turma Nacional de Uniformização..

48. Sobre a ação rescisória, avalie as seguintes afirmações:

- I. O direito à rescisão se extingue em 1 (um) ano contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- II. A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.
- III. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando, dentre outras situações previstas no CPC/15, violar manifestamente norma jurídica.
- IV. De acordo com o CPC, a decisão de mérito, transitada em julgado, poderá ser rescindida se o autor ou o réu obtiverem prova nova cuja existência ignoravam.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) III.
- e) II e III.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

49. Sobre os recursos no processo civil, assinale a alternativa correta.

- a) O recolhimento do porte de remessa e de retorno é devido mesmo nos processos em que os autos sejam eletrônicos.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa.
- d) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento, mas o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento deste único fundamento.
- e) O agravo de instrumento será dirigido ao juiz que prolatou a decisão agravada.

50. Sobre a competência dos Juizados Especiais Cíveis, analise as seguintes afirmativas.

- I. O processamento da ação perante o Juizado Especial Estadual é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum.
- II. A necessidade de produção de prova pericial, por si só, não influi na definição da competência dos Juizados Especiais.
- III. Compete ao Juizado Especial a execução de seus próprios julgados, independente da quantia a ser executada, desde que tenha sido observado o valor de alçada na ocasião da propositura da ação.
- IV. Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para que se fixe a competência dos Juizados Especiais, deve ser considerado o valor da causa individualmente por autor, não importando se a soma ultrapassa o valor de alçada.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II, III e IV.
- b) II, IV.
- c) I, III, IV.
- d) II, III, IV.
- e) n.d.a

LEGISLAÇÃO CIVIL ESPECIAL

Paulo Sousa

51. Carla celebrou contrato de locação com Dimas, dono de um imóvel muito bem situado e objeto de inúmeras propostas de compra. Com base nestes fatos e à luz da Lei de Locações, a Lei 8.245/1990, é correto afirmar que:

- a) Caso Dimas resolva vender o imóvel, Carla tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo Dimas dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca.
- b) Caso Dimas resolva alienar o imóvel e Clara aceite a proposta, mas posteriormente desista da compra, Dimas poderá ofertar o imóvel aos demais candidatos à compra, não havendo qualquer consequência negativa para Clara.
- c) Caso Dimas resolva alienar o imóvel, o direito de preferência de Clara alcançará, inclusive, os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação.
- d) Caso Dimas resolva alienar o imóvel, a comunicação feita à Clara, deverá conter apenas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento.
- e) Caso Dimas resolva alienar o imóvel, o direito de preferência de Clara caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de noventa dias.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

52. Em se tratando da Convenção do Condomínio, segundo o que dispõe a Lei 4.591/1964, além de outras normas aprovadas pelos interessados, a Convenção deverá conter, exceto:

- a) O destino das diferentes partes.
- b) A discriminação das partes de propriedade exclusiva, e as de condomínio, com especificações das diferentes áreas.
- c) Os encargos, forma e proporção das contribuições dos condôminos para as despesas de custeio e para as extraordinárias.
- d) As atribuições do síndico, que substituem as legais.
- e) A forma e o quorum para a aprovação do Regimento Interno quando não incluídos na própria Convenção.

53. Ao que diz respeito ao parcelamento do solo urbano, segundo o que dispõe a Lei 6.766/1979, é correto afirmar que:

- a) O proprietário do imóvel a ser parcelado não pode, em hipótese alguma, ser considerado empreendedor para fins de parcelamento do solo urbano. Tal definição se aplica apenas ao responsável pela implantação do parcelamento.
- b) Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou rurais, de expansão ou de urbanização, não havendo a necessidade, portanto, de definição pelo plano diretor ou aprovação por lei municipal.
- c) Podem ser considerados urbanos, os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.
- d) O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, o que dispensa a necessidade de observação das disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes.

e) Entre outros, é expressamente permitido o parcelamento do solo urbano em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, inclusive antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.

54. Sobre o tratamento que o Estatuto da Cidade, a Lei 10.257/2001, dá à desapropriação com pagamento de título, é correto afirmar que:

- a) Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dois anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, não sendo assegurado, porém, o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.
- b) O prazo para que o Município proceda ao adequado aproveitamento do imóvel é de dez anos, contado a partir da sua desapropriação e não da incorporação ao patrimônio público.
- c) O valor real da indenização nos casos de desapropriação poderá computar expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
- d) É expressamente vedado que o valor real da indenização nos casos de desapropriação reflita no valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação.
- e) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

55. Laurindo é dono de um banco comercial privado. Ao atingir determinada riqueza, resolveu que gostaria de auxiliar pessoas de baixa renda na aquisição da casa própria. Por isso, buscou informações a respeito da integração de seu banco ao sistema de financiamento habitacional. Com base em seus conhecimentos e de acordo com a Lei 4.380/1964, Laurindo:

- a) Não poderá integrar seu banco ao SFH, uma vez que o objetivo de tal sistema não está relacionado com o auxílio de aquisição da casa própria, mas apenas à construção dela.
- b) Não poderá integrar seu banco ao SFH, pois tal sistema somente permite a integração da Caixa Econômica Federal, uma vez que se trata de sistema privativamente estatal.
- c) Poderá integrar seu banco ao SFH, porém, somente poderá auxiliar na construção e não a aquisição de moradia.
- d) Poderá integrar seu banco ao SFH, uma vez que os bancos comerciais integram o sistema financeiro de habitação, bem como os bancos múltiplos, as caixas econômicas, entre outros.
- e) Poderá integrar o SFH, porém, desde que destine o auxílio exclusivamente à aquisição, não podendo em hipótese alguma, auxiliar na construção de habitações.

56. Em se tratando dos princípios e definições abordados pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano, a Lei 4.504/1964, assinale a alternativa que aborda corretamente o termo e sua respectiva definição:

- a) Considera-se imóvel rural, o prédio rústico, de área descontínua localizado exclusivamente em perímetro urbano que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, apenas por meio de planos públicos de valorização.
 - b) Considera-se minifúndio, o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar.
 - c) Considera-se parceleiro, aquele que venha a alienar lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização privada, apenas.
 - d) Considera-se propriedade familiar, o imóvel urbano que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva parcialmente a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência, porém, sem garantir o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.
 - e) Considera-se empresa rural, o empreendimento de pessoa física ou jurídica, privada, que explore econômica e racionalmente imóvel urbano, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área máxima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Legislativo.
-

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

57. Sobre o que dispõe a Lei 8.629/1993, é correto afirmar que:

- a) A propriedade rural que não cumprir a função social é passível de desapropriação, nos termos da lei, respeitados os dispositivos constitucionais. É competência da União, desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.
- b) Aquele que já estiver beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou for pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, pode participar novamente do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.
- c) Para efeitos legais, imóvel rural é o prédio rústico de área descontínua, localizada exclusivamente em área urbana, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.
- d) Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e irracionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão municipal competente.
- e) É absolutamente possível que ocorra a desapropriação, para fins de reforma agrária, do imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico que atenda aos seguintes requisitos.

58. Segundo o que dispõe o Decreto 911/1969, é correto o que se afirma em:

- a) É válida a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.
 - b) Se a coisa alienada em garantia não se identifica por números, marcas e sinais indicados no instrumento de alienação fiduciária, cabe ao proprietário fiduciário o ônus da prova, contra terceiros, da identidade dos bens do seu domínio que se encontram em poder do devedor.
 - c) Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário fiduciário e despesas, o devedor automaticamente se exonera do pagamento do saldo devedor apurado.
 - d) No caso de inadimplemento da obrigação garantida, ao proprietário fiduciário é vedada a venda da coisa a terceiros.
 - e) Se, na data do instrumento de alienação fiduciária, o devedor ainda não for proprietário da coisa objeto do contrato, o domínio fiduciário desta se não poderá ser transferido ao credor, ainda que no momento da aquisição da propriedade pelo devedor.
-

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

59. A Lei 9.514/1997 estabelece algumas regras e diretrizes acerca dos créditos objeto do regime fiduciário. Assinale a alternativa que não apresenta uma dessas diretrizes:

- a) Os créditos objeto do regime fiduciário constituem patrimônio conjunto, que consequentemente se mistura com o da companhia securitizadora.
- b) Os créditos objeto do regime fiduciário não estão isentos de qualquer ação ou execução pelos credores da companhia securitizadora.
- c) Os créditos objeto do regime fiduciário destinam-se exclusivamente à liquidação dos títulos a que estiverem afetados, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração e de obrigações fiscais
- d) Os créditos objeto do regime fiduciário só responderão pelas obrigações inerentes aos títulos a ele afetados.
- e) Os créditos objeto do regime fiduciário manter-se-ão apartados do patrimônio da companhia securitizadora até que se complete o resgate de todos os títulos da série a que estejam afetados;

60. Pedro é Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais em uma cidade do interior do Estado do Paraná. Segundo o que dispõe a Lei 6.015/1973, o serviço de Pedro:

- a) Se restringe a horários comerciais, de maneira que, aqueles não registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia.
- b) Se restringe exclusivamente aos dias úteis da semana.
- c) Se restringe a horários comerciais, exceto em casos emergenciais, como o registro de natimorto, por exemplo.

d) Se restringe a horários comerciais, de maneira que, aqueles registrados após a hora do encerramento do serviço, serão considerados nulos e os registrados antes do início do expediente serão considerados anuláveis.

e) Deve se dar em todos os dias, sem exceção e ainda, caso haja registros a serem feitos após o horário do expediente, estes não poderão ser adiados.

61. De acordo com a Lei 6.015/1973, assinale a alternativa que trata apenas do que deve ser registrado no registro civil de pessoas naturais:

- a) As sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal.
 - b) As alterações ou abreviaturas de nomes.
 - c) Os nascimentos; os casamentos; as sentenças que deferirem a legitimação adotiva; os óbitos.
 - d) Os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente.
 - e) As escrituras de adoção e os atos que a dissolverem.
-

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

62. Em se tratando do Registro Civil das pessoas jurídicas, segundo o que dispõe a Lei 6.015/1973, assinale a alternativa correta:

- a) No Registro Civil de Pessoas Jurídicas serão inscritos apenas os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública.
- b) No Registro Civil de Pessoas Jurídicas serão inscritas as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais ou aquelas estabelecidas entre os sócios e administradores, com exceção das anônimas, que devem se restringir à forma prescrita em lei.
- c) Os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos deverão ser inscritos em registro específico, sendo vedado seu registro no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- d) Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.
- e) Quando o objeto dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, indicarem atividades ilícitos, o oficial do registro, por meio de provocação de autoridade específica, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Ministério Público, que a decidirá

63. No Registro de Imóveis serão feitos, segundo o que dispõe a Lei 6.015/1973:

- a) O registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, de direitos reais sobre imóveis reconhecidos em lei.
 - b) Apenas o registro dos títulos ou atos constitutivos de direitos reais sobre imóveis reconhecidos em lei, "inter vivos" ou "mortis causa" quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros, quer para a sua disponibilidade.
 - c) Apenas a averbação dos títulos ou atos constitutivos de direitos reais sobre imóveis reconhecidos em lei, "inter vivos" ou "mortis causa" quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros, quer para a sua disponibilidade.
 - d) O registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintos de direitos reais sobre imóveis reconhecidos em lei, "inter vivos" ou "mortis causa" quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros, quer para a sua disponibilidade.
 - e) A averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintos de direitos reais sobre imóveis reconhecidos em lei, "inter vivos" ou "mortis causa" quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros, quer para a sua disponibilidade.
-

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

64. Sobre a natureza, os fins as atribuições e competências dos Notários, previstos na Lei dos Cartórios, a Lei 8.935/1994, é correto afirmar que:

- a) Os serviços notariais e de registro são os de organização meramente técnica, destinados a garantir tão somente a publicidade e autenticidade, aos atos jurídicos.
- b) é restrita a escolha do tabelião de notas, devendo se dar conforme o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
- c) Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários comerciais, atendidas as necessidades do Notário, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
- d) Aos tabeliães de notas compete exclusivamente: formalizar juridicamente a vontade das partes; intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo; autenticar fatos.
- e) O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.

65. Consideram-se barreiras, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei 13.146/2015, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Com base no exposto, assinale a alternativa que não se refere a uma classificação de barreira:

- a) Barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.
- b) Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e em espaços públicos abertos ao público ou de uso privativo.
- c) Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- d) Barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes.
- e) Barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

66. Joana, exerceu por 25 anos o cargo de professora na rede estadual. Quando contava com 57 anos, se aposentou. Atualmente com 62 anos, optou por andar somente em transporte coletivo, em razão dos assentos preferências para idosos. Em determinado dia, Jonas, jovem de 16 anos, ocupava um dos assentos preferenciais e, ao ser questionado, alegou não ser obrigado a ceder o lugar à Joana, pois de acordo com a Lei 10.741/2003, ela não é considerada idosa. Com base no exposto e de acordo com o Estatuto do Idoso:

- a) Jonas tem razão, pois é considerada pessoa idosa, somente aquela que conta com mais de 65 anos de idade.
- b) Jonas tem razão, pois é considerada pessoa idosa, somente aquela que conta com mais de 70 anos de idade.
- c) Jonas não tem razão, pois Joana passou a ser considerada idosa ao se aposentar com 57 anos de idade.
- d) Jonas não tem razão, pois Joana passou a ser considerada idosa ao atingir 60 anos de idade.
- e) Jonas não tem razão, porém, tampouco Joana pois, não há na lei, qualquer determinação que obrigue as transportadoras a reservarem assentos para idosos.

67. Em se tratando do que dispõe o Estatuto da Juventude sobre o direito à educação é correto afirmar que:

- a) A educação básica será ministrada em língua portuguesa, inclusive aos jovens indígenas aos povos de comunidades tradicionais.
- b) A Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais.

- c) É assegurado exclusivamente aos jovens negros e indígenas oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas.
- d) Deve a iniciativa privada promover programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas e privadas e, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas.
- e) É dever do Estado assegurar ao jovem com deficiência o atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente, em rede especializada de ensino, dada a necessidade de tratamento especial que as pessoas com deficiência carecem.

68. Sobre o que dispõe a Lei dos direitos autorais (Lei 9.610/1998), é correto o que se afirma em:

- a) Para efeitos legais, os direitos autorais reputam-se bem imóveis.
- b) As obras simplesmente subvencionadas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios serão de seu domínio.
- c) São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro.
- d) São objeto de proteção como direitos autorais inclusive, os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios
- e) Autor é a pessoa física ou jurídica criadora de obra literária, artística ou científica.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

69. Segundo a Lei 9.656/1998, está subordinada às normas e à fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS qualquer modalidade de produto, serviço e contrato que apresente, além da garantia de cobertura financeira de riscos de assistência médica, hospitalar e odontológica, outras características que se diferenciam de atividade exclusivamente financeira. Assinale a alternativa que não apresenta uma delas:

- a) Vinculação de cobertura financeira à aplicação de conceitos ou critérios odonto-assistenciais.
- b) Custeio de despesas.
- c) Qualquer restrição contratual, técnica ou operacional para a cobertura de procedimentos solicitados por prestador escolhido pelo consumidor.
- d) Oferecimento de rede credenciada ou referenciada.
- e) Reembolso de despesas.

70. Em se tratando dos fundamentos que disciplinam a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a alternativa correta:

- a) A disciplina da proteção de dados pessoais tem dentre seus fundamentos, o respeito à vida.
- b) A disciplina da proteção de dados pessoais tem dentre seus fundamentos a livre iniciativa, a livre concorrência que, em determinadas ocasiões, podem se sobrepor ao direito do consumidor.
- c) A disciplina da proteção de dados pessoais tem dentre seus fundamentos a autodeterminação informativa.
- d) A disciplina da proteção de dados pessoais tem dentre seus fundamentos o desenvolvimento econômico, apenas.

- e) A disciplina da proteção de dados pessoais tem dentre seus fundamentos o livre desenvolvimento da personalidade, não havendo, porém, a necessidade de respeitar as previsões concernentes aos direitos humanos.

DIREITO EMPRESARIAL**Alessandre Sanchez**

71. Responda a questão a seguir de acordo com o Capítulo II (Do Nome Empresarial) do Código Civil Brasileiro, assinalando a assertiva INCORRETA:

- a) A sociedade cooperativa funciona sob firma integrada pelo vocábulo "cooperativa".
- b) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- d) Cabe ao prejudicado, no prazo de dois anos, ação para anular a inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.
- e) O nome empresarial existe nas formas de firma e denominação.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

72. Em relação ao trespasse e os credores do alienante, as obrigações contratuais e a responsabilidade das partes envolvidas no negócio, é correto afirmar que:

- a) O alienante não poderá restabelecer-se no mesmo ramo, em hipótese alguma, pelo prazo máximo de 5 anos subsequentes à transferência, sob pena de responder por concorrência desleal.
- b) O contrato de locação do imóvel é transferido automaticamente para o adquirente do estabelecimento, permitindo a continuidade na exploração do estabelecimento.
- c) O alienante responderá solidariamente com o adquirente pelo prazo de 1 ano, pelas dívidas vencidas e vincendas, variando o termo inicial de contagem do prazo de acordo com a data de vencimento.
- d) As marcas de titularidade do alienante não poderiam ser cedidas isoladamente, razão pela qual se mostrava imprescindível sua transferência simultânea à do estabelecimento.
- e) O estabelecimento é uma universalidade de direito.

73. O endosso é o ato típico de transmissão dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito do endosso, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) A partir do endosso, o endossante sempre responderá pelo aceite e pelo pagamento do título, inevitavelmente.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.

e) E endosso posterior ao vencimento é considerado póstumo em todas as hipóteses

74. Com base nas normas aplicáveis às sociedades contratuais, é CORRETO afirmar que:

- a) A incapacidade superveniente não é causa de exclusão de sócio, impondo-se a propositura de ação judicial caso a maioria dos demais sócios assim delibere.
- b) Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios.
- c) Admite-se aos cônjuges contratar sociedade, desde que casados pelo regime de separação absoluta de bens, comunhão parcial e participação final nos aquestos.
- d) O menor, absoluta ou relativamente incapaz, não pode ser sócio, desde que não tenha poder de administração.
- e) Nenhuma das anteriores.

75. Sobre os seguintes títulos de crédito, é correto afirmar que

- a) A duplicata não aceita deve ser protestada para que haja pretensão executiva contra o devedor principal.
- b) na Cédula de Produto Rural física, o endossante responde pela entrega do produto.
- c) no cheque, o endosso parcial é admitido, desde que apostado de maneira inequívoca no título.
- d) nos títulos atípicos, é vedado o pagamento parcial da soma constante do título.
- e) no cheque, o aval deve ser dado, exclusivamente, no verso do título.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

76. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- a) É possível que as quotas possuam valores desiguais.
- b) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.
- c) A aprovação de exclusão de sócio deve levar em consideração a unanimidade de sócios.
- d) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.
- e) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades cooperativas.

77. Assinale a alternativa correta.

- a) O conselho de administração é órgão obrigatório em todas as companhias.
- b) O exercício do direito a voto na companhia pode ser regulado em acordo de acionistas.
- c) Na sociedade por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e responderão solidariamente pela integralização do capital.
- d) Na sociedade limitada, a responsabilidade é subsidiária para a integralização do capital.
- e) Nenhuma das anteriores.

78. Sobre o regime de franquia empresarial, é correto afirmar que

- a) a cláusula “*del credere*” poderá ser utilizada em favor do franqueador.
- b) a cláusula compromissória de arbitragem é proibida para a modalidade.
- c) o foro competente para a solução de controvérsias relativas aos contratos de franquia é obrigatoriamente aquele da sede do franqueador.

- d) pode ser adotado por empresa privada, empresa estatal ou entidade sem fins lucrativos.
- e) Nenhuma das anteriores.

79. Sobre os seguintes contratos empresariais, é correto afirmar que

- a) a cláusula “*del credere*” é típica dos contratos de franquia empresarial.
- b) O agenciado não pode cumular a função de distribuidor nos contratos de agência regidos pelo código civil.
- c) nas locações em shopping centers, o locador pode recusar a renovação se o imóvel vier a ser utilizado por ele.
- d) a concessão de venda de automóveis inclui, necessariamente, o uso gratuito de marca da concedente, como identificação.
- e) nenhuma das anteriores.

80. Sobre o estabelecimento, é correto afirmar que

- a) sua alienação será ineficaz se não restarem ao alienante bens suficientes para solver seu passivo, independentemente do consentimento dos credores.
- b) salvo disposição expressa em contrário, é vedado ao titular do estabelecimento fazer concorrência ao arrendatário ou usufrutuário durante o prazo do contrato.
- c) no caso de sua alienação, em regra, o alienante não poderá fazer concorrência ao adquirente por 3 anos.
- d) no caso de sua alienação, o alienante permanece solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- e) nenhuma das anteriores.

ECA

Ricardo Torques

81. Sobre as disposições preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) crianças e adolescentes gozam de direitos fundamentais privilegiados em relação às demais pessoas.
- b) adolescente é a pessoa entre doze e dezoito anos completos.
- c) as normas do Estatuto podem ser aplicadas, em situações particulares, a pessoas maiores de dezoito anos, até o limite de vinte e quatro anos.
- d) o dever de assegurar absoluta prioridade aos direitos da criança e do adolescente é de responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.
- e) é admissível o exercício moderado da violência em razão da desobediência do poder parental por parte de adolescente.

82. Crianças e adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Sobre esse assunto, é correto afirmar, de acordo com as normas do Estatuto, que:

- a) a liberdade compreende o direito de buscar auxílio e orientação, restrito ao seio familiar.
- b) o direito ao respeito abrange a inviolabilidade do espaço e dos objetos pessoais.
- c) os pais têm direito de aplicar tratamento constrangedor à criança em algumas hipóteses.
- d) qualquer tipo de uso da força física como meio de disciplinar a criança é vedado, mesmo que não resulte em lesão ou sofrimento físico.
- e) apenas autoridade judicial pode aplicar medida de advertência aos pais que aplicarem castigos físicos em criança ou adolescente.

83. O Estatuto da Criança e do Adolescente traz a definição de família natural como sendo a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Por outro lado, o Estatuto também traz conceito que compreende os parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Esse conceito pode ser denominado, segundo o Estatuto, como:

- a) família universal.
- b) família real.
- c) família próxima.
- d) família extensa.
- e) família grande.

84. De acordo com as disposições gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre família substitua, é correto afirmar que:

- a) a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou remoção.
- b) no caso de colocação em família substituta de criança ou adolescente indígena, a família substituta deverá viver, preferencialmente, em ambiente urbano, a fim de favorecer a integração à cultura nacional.
- c) famílias estrangeiras não podem receber crianças ou adolescentes brasileiro mediante guarda.
- d) crianças maiores de dez anos e adolescentes devem prestar seu consentimento antes do deferimento da colocação em família substituta.
- e) o ambiente familiar inadequado não é impedimento para a colocação em família substituta quando se tratar de parentes próximos da criança ou adolescente.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

85. A principal diferença da adoção em relação às outras formas de colocação em família substituta consiste em que:

- a) é vedada a adoção por procuração.
- b) pode ser deferida adoção de pessoa maior de 18 anos.
- c) a adoção desliga os vínculos do adotado com os pais e parentes originais.
- d) a adoção é excepcional.
- e) o adotante deve ser, ao menos, dezesseis anos mais velho que o adotando.

86. O adolescente poderá viajar desacompanhado dos pais a comarca contígua à da sua residência na mesma unidade da Federação ou na mesma região metropolitana a partir:

- a) dos 13 anos.
- b) dos 14 anos.
- c) dos 15 anos.
- d) dos 16 anos.
- e) dos 17 anos.

87. NÃO é princípio que rege a aplicação das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) publicidade.
- b) intervenção mínima.
- c) prevalência da família.
- d) oitiva obrigatória e participação.
- e) responsabilidade parental.

88. A respeito das medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta:

- a) a advertência consiste em admoestação escrita e enviada aos pais do adolescente.
- b) a obrigação de reparar o dano pode ser substituída por outra adequada a pedido do adolescente.
- c) a prestação de serviços comunitários é a realização de tarefas de interesse geral remuneradas pelo custo.
- d) a liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses, prorrogáveis.
- e) é possível a realização de atividades externas no regime de semi-liberdade mesmo sem autorização judicial.

89. Sobre o Conselho Tutelar, é correto afirmar que:

- a) trata-se de órgão dependente do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.
- b) cada Município deve ter, ao menos, dois Conselhos Tutelares.
- c) os Conselhos Tutelares são compostos por três membros.
- d) os candidatos ao Conselho Tutelar devem ter ao menos dezoito anos de idade.
- e) os membros do Conselho Tutelar podem ser reconduzidos ao cargo mediante novos processos de escolha.

90. O prazo máximo de conclusão do procedimento de apuração de ato infracional é de:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.
- e) 80 dias.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

91. Sobre as relações bancárias, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) Nos contratos bancários, o julgador deve conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas prejudiciais aos consumidores.
- b) Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável, não sujeito à aplicação de multa administrativa.
- c) As instituições financeiras são responsáveis por reparar os danos sofridos pelo consumidor que tenha o cartão de crédito roubado, furtado ou extraviado e que venha a ser utilizado indevidamente, ressalvada as hipóteses de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
- d) É lícito o investimento de risco realizado pela instituição financeira sem autorização expressa do correntista, nos termos dos arts. 6º, III, e 39, III e VI, ambos do Código de Defesa do Consumidor.
- e) A instituição bancária contratada pode compartilhar dados dos consumidores com outras entidades financeiras ou mantenedoras de cadastros positivos e negativos de consumidores em prol da segurança financeira.

92. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, são direitos básicos do consumidor, exceto:

- a) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.
- b) a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, obrigatoriamente por meio da revisão e da repactuação da dívida.
- c) a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito.
- d) a informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida, tal como por quilo, por litro, por metro ou por outra unidade, conforme o caso
- e) a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

93. Célio é taxista e conseguiu comprar o tão sonhado carro 0 KM para exercer melhor o seu ofício. No dia da entrega do automóvel, ele fez uma festa com toda a sua família para comemorar a aquisição. Passados três dias do recebimento do veículo, Célio foi surpreendido ao perceber que o carro apresentava um barulho estranho. Ele levou o carro para a concessionária que lamentou o ocorrido e informou que o problema seria resolvido. Célio recebeu o carro uma semana depois e, no dia seguinte, percebeu que o barulho ainda existia. Assim, se encaminhou à concessionária para uma nova manutenção. Isso ocorreu por diversas vezes mais. Diante dessa situação hipotética, marque a alternativa correta segundo a doutrina e a jurisprudência do STJ.

- a) A relação contratual entre Célio e a concessionária é regulada pelo Código Civil.
- b) Na presente situação, não cabe ação de indenização por dano moral à Célio, mas lhe é assegurado o direito de exigir que o vício seja sanado por parte da concessionária.
- c) O prazo de decadência para a reclamação de vícios do produto (art. 26 do CDC) inicia após o encerramento da garantia legal.
- d) A constatação de defeito em veículo zero-quilômetro revela hipótese de vício do produto e impõe a responsabilização solidária da concessionária e do fabricante.
- e) Como o vício não foi sanado pela concessionária, Célio tem direito a solicitar exclusivamente a devolução do que foi pago.

94. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta em relação ao transporte aéreo de passageiros:

- a) Configura defeito do serviço, a ausência de informação adequada e clara pelas empresas aéreas e agências de viagem aos consumidores, quanto à necessidade de obtenção de visto (consular ou trânsito) ou de compra de passagem aérea de retorno ao país de origem para a utilização do serviço contratado.
 - b) As agências de turismo respondem solidariamente pela má prestação do serviço de transporte aéreo na hipótese de compra e venda de passagens sem a comercialização de pacotes de viagens.
 - c) O atraso ou cancelamento de voo pela companhia aérea configura dano moral presumido (*in re ipsa*).
 - d) A companhia aérea pode promover o cancelamento unilateral e automático de um dos trechos da passagem aérea, em virtude da não apresentação do passageiro para embarque no voo antecedente (*no show*).
 - e) As indenizações por danos morais e materiais envolvendo transporte aéreo internacional de passageiros estão submetidas à tarifação prevista nas normas e nos tratados internacionais, sendo inaplicável o Código de Defesa do Consumidor – CDC.
-

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

95. Acerca da prevenção e tratamento do superendividamento, é correto afirmar:

- a) O superendividamento é a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural ou jurídica, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas.
- b) Nas vendas a prazo deve-se indicar, no mínimo, o custo de cada prestação, o agente financiador e a soma total a pagar, com e sem financiamento.
- c) O fornecedor de produto ou serviço que envolva crédito não está obrigado a entregar ao consumidor cópia da minuta do contrato e nem, após a conclusão, cópia do contrato pois é suficiente em meio digital.
- d) São conexos, coligados ou interdependentes, entre outros, o contrato principal de fornecimento de produto ou serviço e os contratos acessórios de crédito que lhe garantam o financiamento. Assim, exercido o direito de arrependimento no contrato principal ou no contrato de crédito, implica a resolução de pleno direito do contrato que lhe seja conexo.
- e) O fornecedor pode realizar ou proceder à cobrança ou ao débito em conta de qualquer quantia que houver sido contestada pelo consumidor em compra realizada com cartão de crédito ou similar, enquanto não for adequadamente solucionada a controvérsia existente.

96. Considerando o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A mera cobrança indevida de serviços ao consumidor não gera danos morais presumidos, apesar da existência de anotação irregular nos órgãos de proteção ao crédito.
 - b) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e mensalmente.
 - c) O consumidor deve ser informado acerca da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, sendo indispensável o aviso de recebimento (AR) da comunicação ao consumidor da negativação de seu nome.
 - d) A ação de indenização por danos morais decorrentes da inscrição indevida em cadastro de inadimplentes se sujeita ao prazo quinquenal do art. 27 do CDC.
 - e) É possível a flexibilização da orientação contida na Súmula 385 do STJ, para reconhecer dano moral decorrente de inscrição indevida do nome do consumidor em cadastro restritivo de crédito, quando existentes nos autos elementos aptos a demonstrar a ilegitimidade da preexistente anotação.
-

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

97. Levando-se em consideração a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a aplicabilidade do CDC, é correto afirmar:

- a) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- b) As regras do CDC se aplicam aos contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil - FIES, pois se trata de serviço bancário.
- c) Existe relação de consumo entre a instituição financeira e a pessoa jurídica que busca financiamento bancário ou aplicação financeira para ampliar o capital giro ou fomentar atividade produtiva.
- d) Não se aplica o CDC aos contratos de plano de seguro de saúde de reembolso de despesas médico-hospitalares destinados à fruição dos empregados do empregador contratante, pois, dentro do pacote de retribuição e de benefícios ofertado, a relação do contratante-empregador com a seguradora é comercial.
- e) O Código de Defesa do Consumidor se aplica à relação jurídica instaurada entre postos de combustível e distribuidores.

98. A desconsideração da personalidade jurídica é um instrumento adotado pelo Código de Defesa do Consumidor para assegurar o ressarcimento dos danos causados aos consumidores. Assim, assinale a alternativa correta sobre este instituto:

- a) O art. 28 do CDC adotou a Teoria Maior da desconsideração da personalidade jurídica ao ampliar as situações em que pode ser aplicada, bastando demonstrar o estado de insolvência ou inatividade da pessoa jurídica.

- b) A desconsideração da personalidade jurídica de sociedade cooperativa, com fundamento no art. 28, § 5º, do CDC, não pode atingir o patrimônio pessoal de membros do Conselho Fiscal sem que haja a mínima presença de indícios de que estes contribuíram, ao menos culposamente, e com desvio de função, para a prática de atos de administração.
- c) Segundo o posicionamento do STJ, a desconsideração da personalidade jurídica terá efeitos inclusive sobre os gestores não sócios, com o intuito de proteção aos consumidores.
- d) Para a aplicação da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica (art. 28, § 5º, do CDC) não basta a existência de obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, devendo-se demonstrar o estado de insolvência.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica no CDC exige para sua aplicação a demonstração de desvio de finalidade e confusão patrimonial.

Simulado Disciplinas Cíveis – 14/11/2021

99. Sobre a abusividade nas relações de consumo, assinale a alternativa correta:

- a) Não é abusiva a negativa de cobertura para tratamento de emergência ou urgência do segurado quando ainda não houver sido cumprido o período de carência.
- b) É abusiva a cobrança de uma diária completa de 24 horas em hotéis, pois os serviços de limpeza e organização do espaço de repouso são de responsabilidade da hospedagem.
- c) É abusiva, por falha no dever geral de informação ao consumidor (art. 6º, III, do CDC), cláusula de contrato de seguro limitativa da cobertura apenas a furto qualificado que deixa de esclarecer o significado e o alcance do termo técnico-jurídico específico e a situação referente ao furto simples.
- d) Somente é considerada abusiva a publicidade de alimentos direcionada de forma explícita ao público infantil
- e) Nos contratos de telecomunicação com previsão de permanência mínima, não é abusiva a cobrança integral da multa rescisória de fidelização.

100. Com base nos contratos de promessa de compra e venda de imóveis, assinale a alternativa correta:

- a) É válida a cláusula contratual que transfere ao promitente - comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com destaque do valor da comissão de corretagem.
- b) Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador, em sua

integralidade, pelo promitente vendedor/construtor em virtude da vulnerabilidade do consumidor.

- c) Caso o promitente vendedor/ construtor tenha dado causa para a resolução do contrato deve devolver parcialmente os valores pagos ao promitente comprador, mas cabe a ele pagar também os danos morais em virtude da resolução contratual.
- d) A relação jurídica estabelecida por contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel entre a empresa construtora do empreendimento e o futuro proprietário do imóvel será de consumo caso o valor do imóvel não ultrapasse R\$ 642.000,00 (seiscentos e quarenta e dois mil reais).
- e) É abusiva a cláusula de tolerância nos contratos de promessa de compra e venda de imóvel em construção que prevê prorrogação do prazo inicial para a entrega da obra pelo lapso máximo de 180 (cento e oitenta) dias."

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Disciplinas-Cíveis-14-11-2021>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

5 CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
